

Conselho de Administração

Deliberação nº06/CA/2011 **de 14 Novembro de 2011**

Fixa o tarifário da CVTelecom para a telefonia fixa

I. Antecedentes

O Conselho de Administração da Agência Nacional das Comunicações aprovou, por Deliberação, em sua reunião ordinária de 14 de Novembro de 2011, um sentido de decisão relativo à fixação do tarifário da CVTelecom para a telefonia fixa.

O sentido provável de decisão foi notificado aos interessados e foi-lhes concedido um prazo para se pronunciarem sobre a matéria, antes de uma decisão final da Autoridade Reguladora.

Dos interessados notificados, apenas a CVTelecom respondeu dentro do prazo previamente estabelecido.

A análise dos comentários recebidos da CVTelecom e os entendimentos da ANAC constam do relatório de audiência prévia, anexo à presente Deliberação e que será publicado no Site da ANAC.

II. Enquadramento

O Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações assinado entre o Estado de Cabo Verde (concedente) e a Empresa Cabo Verde Telecom, SARL (concessionária), prevê que esta última devia implementar um sistema de contabilidade analítica, capaz de permitir a determinação dos custos directos, a cada um dos serviços prestados, bem como, para cada um destes, os custos associados a cada forma de prestação desses serviços. O sistema de contabilidade analítica da concessionária devia, adicionalmente, permitir a separação entre os custos associados à prestação dos serviços e os associados à gestão e exploração das infra-estruturas.

O Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, atribui à ANAC competências, para determinar a imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações em matéria de acesso e interligação aplicáveis às empresas declaradas com poder de mercado significativo, inclusive a de controlo de preços e de contabilização de custos.

O mesmo diploma prevê que as empresas que, nos termos da lei, estejam sujeitas à regulação de preços ou a outro tipo de controlo relevante do retalho devem implementar sistemas de contabilidade analítica adequados à aplicação das medidas impostas, e atribui igualmente competências à ANAC, ou a outra entidade independente por si

designada, para efectuar uma auditoria anual ao sistema de contabilização de custos destinada a verificação da sua conformidade.

Ainda, o Decreto-Legislativo nº 7/2005 estabelece que, sempre que uma análise de mercado indique que uma potencial falta de concorrência efectiva possa fazer com que os operadores mantenham preços a um nível excessivamente elevado ou aplicar uma compressão da margem de preços em detrimento dos utilizadores finais, a Autoridade Reguladora Nacional (neste caso, a ANAC) pode impor obrigações de amortização de custos e controlo de preços, incluindo a obrigação de orientação dos preços para os custos e a obrigação de adoptar sistemas de contabilização de custos, para fins de oferta de tipos específicos de acesso ou interligação (nº 1 do artigo 71º).

O Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, que cria a Agência Nacional das Comunicações (ANAC) e aprova os seus estatutos, fixa competências a esta entidade para, sempre que necessário, desenvolver diligências para estipular preços e tarifas de forma a salvaguardar a concorrência e proteger os direitos e interesses dos consumidores.

A ANAC, através da Deliberação nº 01/CA/2011, de 2 de Fevereiro, que identifica os Operadores com Poder de Mercado Significativo (OPMS) nos mercados relevantes no sector das comunicações electrónicas, determinou que a CVTelecom é OPMS em vários dos mercado das comunicações de telefonia fixa.

Os preços aplicáveis aos serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público devem obedecer aos princípios da igualdade, transparência e da não discriminação, para que o tarifário adoptado não se transforme numa barreira para o desenvolvimento da concorrência nesse sector.

Por decisão do Conselho de Administração da ANAC, foi instruída a CVTelecom para apresentar uma proposta de novo tarifário, tendo em conta o princípio de orientação dos preços para os custos, conforme definido na lei e no Contrato de Concessão, para os serviços de telefonia fixa e baseado nos resultados do modelo de custeio 2009, fornecido a ANAC e objecto de auditoria por uma empresa especializada a pedido da Agencia.

III. Fundamentação e decisão

O serviço de telefonia fixa reverte-se de grande importância no contexto de desenvolvimento da sociedade de informação, por se tratar de um bem essencial a que os cidadãos devem ter acesso, independentemente da sua condição social ou posição geográfica, com qualidade e a um preço acessível.

A necessidade de incentivar o aumento da densidade da telefonia fixa, cujo número de assinantes deste serviço encontra-se estagnado desde 2006, justifica em nosso entender, a manutenção do preço actual da assinatura, incentivando deste modo o acesso a este serviço.



Por outro lado, a fim de evitar disrupções graves na indústria e impactos altamente negativos nos rendimentos das famílias, optou-se por uma aproximação aos custos das chamadas locais.

Em consequência dessa política e assumindo a existência de um deficit no acesso e no tarifário em alguns serviços, o Regulador propõe a manutenção de subsídios explícitos e provenientes essencialmente dos serviços internacionais de telecomunicações, que representam uma parcela significativa dos proveitos da empresa concessionária.

A política de subsídios explícitos entre serviços de telecomunicações é uma prática aceite internacionalmente, e decorre da necessidade de garantir o equilíbrio financeiro do operador ao longo de um processo de rebalanceamento tarifário adequado a nova dinâmica competitiva e que garante também os interesses dos utilizadores finais.

A fixação de preços do serviço de telefonia fixa deve assentar-se nos princípios da transparência, da orientação aos custos da prestação dos serviços e subsidiariamente das melhores práticas em matérias de preços existentes a nível internacional, particularmente de países comparáveis (Benchmarking).

Deve igualmente viabilizar o acesso das populações a serviços considerados essenciais para o exercício da cidadania.

Sendo assim,

Ponderadas as posições expressas pelas partes interessadas, e tendo em conta os fundamentos acima apresentados, o Conselho de Administração da ANAC, ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 15º, do Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, conjugado com as disposições constantes na alínea e) do nº 1 do artigo 63º e no nº 1 do artigo 71º, ambos do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro, determina o seguinte:

1. Manter o preço de 360\$00/mês (Trezentos e Sessenta Escudos/mês), actualmente em vigor, para o produto de assinatura, aproximar o preço das chamadas locais aos seus custos em 5\$60/mn (Cinco Escudos e Sessenta Centavos/minuto) e ajustar os preços dos serviços fixo-móvel e interurbano aos seus custos em 22\$34/mn (Vinte e Dois Escudos e Trinta e Quatro Centavos/minuto) e 12\$00/mn (Doze Escudos/minuto), respectivamente;
2. Para o efeito do disposto número anterior, deve-se recorrer a subsídio explícito no valor unitário de 1\$00/mn (Um Escudo/minuto) para as chamadas internacionais de entrada e 30\$00/mn (Trinta Escudos/minuto) para as chamadas internacionais de saída, para compensar o défice tarifário no acesso/assinatura e nas chamadas locais;
3. A CVTelecom deverá validar o novo tarifário com os sistemas de facturação e verificar os impactos dos mesmos. Em função dos dados observados durante o primeiro semestre de 2012, a operadora poderá propor alterações aos valores agora fixados pela ANAC com o objectivo de manter ou incrementar a taxa de penetração, reduzir o impacto social e a manutenção de uma razoável rentabilidade dos serviços de telefonia fixa.



4. A presente Deliberação deve entrar em vigor a partir da zero hora do dia 01 de Dezembro de 2011;
5. O não cumprimento das determinações constantes na presente Deliberação sujeita o infractor às penalizações previstas na lei.

PRODUTO/SERVIÇO	PREÇOS ANTES IVA INCLUIDO	NOVOS PREÇOS IVA INCLUIDO
Assinatura	392,40	392,40
Fixo-Móvel	26,16	24,35
Local	4,00	6,10
Local Dados	2,18	4,22
Interurbano	16,00	13,08
Internacional Saida	70,85	59,95

Praia, aos 14 de Novembro de 2011



O Conselho de Administração,

.....
David Gomes
Presidente

.....
Carlos Silva
Administrador

.....
Valdmiro Segredo
Administrador